

CAPÍTULO III

PERÍODO COLONIAL, MOVIMENTO DECOLONIAL E FEMINISMO NEGRO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/estadodir03>

Angélica Azeredo Garcia Caporal

Paula Keller Frutuoso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A origem do conceito de raça veio com a colonização das Américas pelos povos europeus, quando se começou a distinguir as diferenças culturais e fenotípicas dos povos colonizadores e dos colonizados, diminuindo e menosprezando estes últimos. Os povos dominados – entre eles índios, negros e mestiços – eram vistos como culturalmente inferiores, selvagens não civilizados, porquanto suas tradições e traços fenotípicos se afastavam do modo de vida europeu, o qual era entendido como o culturalmente “normal” e “belo”.

A colonialidade teve um impacto tão profundo nos povos colonizados que, mesmo depois de terem conquistado a liberdade, pode-se observar os efeitos da dominação e imposição cultural perante as nações inferiorizadas, e é nesse contexto que impende destacar os estudos do grupo de pesquisadores denominado Colonialidade/Modernidade, os quais defendem a ideia de que foi no período colonial da América que se originaram as relações sociais fundadas na ideia de raças. Com efeito, eludem a ligação existente entre a colonialidade e modernidade, visto que esta última não existiria sem a exploração ocorrida nas colônias.

De fato, diz-se que a colonialidade continua a reproduzir suas amarras na modernidade, pois foi naquele período que a Europa disseminou seus saberes e conhecimentos que são, mesmo que inconscientemente, universais, e aniquilaram as mais diversas formas conhecimentos subalternos. Por essa razão, os estudos decoloniais buscam criticar a base epistemológica marcadamente eurocentrada e trazem a necessidade de serem incluídas questões de raça e de gênero, visando à transformação social e criação de poder, saber e ser diferentes, construídos pelo olhar dos subalternos.

Este artigo tem como objetivo geral abordar a necessidade de inclusão das questões de raça e de gênero na luta decolonial. Quanto ao problema, consiste em verificar de que forma o movimento decolonial pode contribuir na luta do feminismo negro e a indispensabilidade de promover a diversidade epistêmica com a validação dos saberes adquiridos pelas mulheres negras.

Com a finalidade de responder ao problema e alcançar o objetivo geral, esta pesquisa está dividida em três objetivos específicos: a) estudar a ideia de raça e o período colonial; b) analisar a decolonialidade pela perspectiva negra; c) abordar o feminismo negro pela perspectiva decolonial. Para tanto, utiliza-se o método dedutivo e procedimento monográfico envolvendo pesquisa bibliográfica. O levantamento bibliográfico foi realizado principalmente por meio de consulta em livros e periódicos das principais bases de dados do país, como o portal do *Scielo*, da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), periódicos da Capes, entre outras. Buscou-se por autor(es) que publicaram trabalhos cujos temas principais foram decolonialidade e feminismo negro.

A importância do presente estudo, portanto, está calcada na necessidade de abranger questões de raça e de gênero na luta decolonial, principalmente no que diz respeito às opressões vivenciadas pelas mulheres negras, como bases estruturantes da sociedade, a fim de garantir e fortalecer uma sociedade antirracista e verdadeiramente democrática.

A IDEIA DE RAÇA E O PERÍODO COLONIAL

Questões raciais, de gênero e de classe demandam a reflexão e questionamentos sobre o modelo “padrão” e “normal” instituído e as injustiças sociais reproduzidas, principalmente para determinados grupos que não se enquadram no contexto normativo.

O período colonial da América teve grande influência na ideia de raças no sentido atual, mormente por conta das diferenças fenotípicas que prevaleciam entre os povos conquistadores e aqueles que eram conquistados, em sua maioria, negros e índios. Tais povos dominados eram inferiorizados, bem como suas crenças e suas culturas (QUIJANO, 2005, p. 107-108).

Sobre a ideia de raça que se originou e disseminou a partir do período colonial, vislumbra-se que também foi uma maneira encontrada para legitimar as relações de dominações que eram impostas pelos povos domi-

nantes sobre os dominados. Com efeito, a expansão do colonialismo europeu contribuiu para “[...] a elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.” (QUIJANO, 2005, p. 107).

Fala-se, portanto, que a colonização da América teve relevante papel na formação do conceito de “raças”, principalmente por conta das diferenças existentes entre os povos. Aqueles que eram dominados – predominantemente índios, negros e mestiços – eram vistos como culturalmente inferiores, como selvagens não civilizados, tendo em vista que suas tradições e traços fenotípicos se afastavam do modo de vida europeu, o qual era entendido como o culturalmente “normal” e “belo”.

Nesse sentido, o período colonial, muito além de trazer a concepção de soberania dos colonizadores, ressaltou também a consequente ideia do marginalizado, do ser não civilizado, retratado nas figuras daqueles que viviam nas colônias, pois não se encontravam dentro dos padrões europeus (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 30-31).

Daí porque se diz que a colonialidade produziu impactos tão profundos, na medida em que “[...] consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito e se estendendo para a sociedade de tal maneira que, mesmo depois do término do domínio colonial, as suas amarras persistem.” (GOMES, 2018, p. 227). Isso significa que o término do período colonial não representou a ruptura dos modelos de dominação, tampouco a mudança da verticalização que se criou entre colonizadores e colonizados.

Por meio da expansão colonial europeia, portanto, vislumbra-se também a dominação científica do conhecimento, em que saberes outros foram diminuídos e menosprezados pelo saber universal da cultura branca europeia. Dessa forma, a dominação no período colonial não ficou limitada ao uso da força, superando a imposição física, porquanto tenha se edificado entre colonizadores e colonizados uma superioridade ética e do saber, com a imposição do conhecimento e a consequente negação de outras formas

culturais de viver, de conhecer e de se relacionar com o mundo (PARINI; ALBANO; OLIVEIRA, 2017, p. 18).

Sobre a dominação europeia, Quijano (2005, p. 110) acrescenta:

[...] todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle de subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.

E foi por conta da necessidade de se estudar a construção do conhecimento histórico notadamente por um viés que critica os saberes eurocêntricos dominantes, fruto do período colonial, que se verificou a formação de um grupo de pesquisadores intitulado de Modernidade/Colonialidade. O grupo é composto, em sua maioria, por pesquisadores latino-americanos, e apresenta como principais nomes: Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, entre outros.

Eles reforçam a ideia das ligações existentes entre colonialidade e modernidade e a consequente necessidade em se criticar a construção do conhecimento histórico universal eurocêntrico e dominante, fruto do período colonial. Estudam e questionam a relação entre colonialidade e modernidade, porquanto “[...] esta não pode ser entendida sem levar em conta os nexos com a herança colonial e as diferenças étnicas que o poder moderno/colonial produziu.” (OLIVEIRA, 2010, p. 38).

Isso significa que as duas – modernidade e colonialidade – se entrelaçam, pois foi por meio da colonialidade que a Europa disseminou e reproduziu conhecimento universal e aniquilou as diversas formas de conhecimentos periféricos (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

Os autores têm como ponto de estudo em comum o pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade capitalista e pretendem, assim, uma mudança estrutural repensando a forma política e a fim de lutar contra a perspectiva acadêmica dominante, marcadamente eurocêntrica e excludente de saberes subalternos (OLIVEIRA, 2010, p. 38).

Nesse sentido, a partir dos estudos acerca da convergência existente entre colonialidade e modernidade, o grupo MC apresenta como temas principais de pesquisa: “[...] a colonialidade (e suas três derivações: a colonialidade do poder, do saber e do ser), o racismo epistêmico, a geopolítica do conhecimento, a diferença colonial, o pensamento liminar, a transmodernidade e a interculturalidade crítica.” (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

Pode-se destacar, portanto, como contribuições do grupo: estudos sobre a importância da América Latina como primeiro laboratório para o racismo em razão do colonialismo; análises sobre as estruturas opressoras oriundas do tripé colonialidade do poder, do saber e do ser; e os aportes decoloniais, os quais contribuem para novos horizontes para o pensamento da libertação humana, em conformidade com a produção de conhecimento (BALLESTRIN, 2013, p. 10).

Ainda, ressalta-se a sugestão da autora e membra do grupo, Catherine Walsh, a respeito do termo “de(s)colonização”. Para ela, o termo utilizado sem o “s” (decolonização) representa a perspectiva decolonial do grupo, a qual envolve diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder. Já o termo utilizado com o “s” retrata a ideia histórica de libertação nacional dos países que precisaram se descolonizar de suas colônias (BALLESTRIN, 2013, p. 9).

Assim, é possível salientar que a decolonialidade estudada e difundida pelo grupo vai além da libertação das colônias e dos estudos sobre a relação entre colonizados e colonizadores, porquanto pretende reinventar e reconstruir uma nova realidade social, levando em conta fatores de raça e de gênero como estruturantes da desigualdade.

A DECOLONIALIDADE PELA PERSPECTIVA NEGRA

A luta decolonial busca construir uma sociedade mais justa e igualitária, desconstruindo o universalismo eurocentrado, a fim de encontrar soluções para as questões relacionadas à colonialidade, ao racismo, ao patriarcado e ao capitalismo.

Vista pela perspectiva negra, a decolonialidade envolve a construção de uma pedagogia de resistência que pense e fale do lugar de enunciação do próprio negro, tendo como principal agente articulador o Movimento Negro organizado. Este, nas suas lutas pela resistência, age como produtor e sistematizador de saberes na sociedade, possibilitando a promoção da diversidade epistêmica no campo do conhecimento científico por meio de “[...] aprendizados construídos na história e nas práticas e experiências culturais, políticas e sociais, que fazem parte dos processos de pluralidade interna e externa da ciência”, potencializando o diálogo pluriuniversal, transmoderno e decolonial (GOMES, 2012, p. 244).

Esse diálogo é fundamental para evitar o universalismo eurocentrado em que um define para o todo a única solução possível. Por meio da abertura de um diálogo crítico torna-se possível a conscientização da necessidade de se visibilizar, desafiar e transfigurar as estruturas e instituições que, de forma diferenciadora, posicionam grupos, ações e pensamentos dentro de uma ordem lógica universalizante que ainda é racial, moderno-ocidental e colonial, da qual todos, em certa medida, fomos e somos participantes.

Nesse sentido, assumir uma postura decolonial é um convite para ir além do “pensamento provincial”, da epistemologia de homens brancos “[...] europeus ou europeizados que produzem a invisibilidade de outras experiências histórico sociais de sujeitos subordinados às codificações de gênero, sexualidade e raça” (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 21), e implica em:

Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – es-

truturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. É a isso que me refiro quando falo da *de-colonialidade*. (WALSH, 2009, p. 24).

Para tanto, a pedagogia decolonial deve estar presente em escolas, colégios, universidades e comunidades, e representa uma luta de orientação decolonial, que busca transgredir e romper com a negação de saberes de povos subalternos em razão do domínio eurocêntrico da colonialidade (WALSH, 2009, p. 27).

Pode-se dizer que a pedagogia decolonial tem suas raízes “[...] nas lutas e práxis que as comunidades afro e indígenas vêm exercendo há anos, que recentemente estão saindo à luz e sendo reconstruídas e revitalizadas como parte de uma postura e projetos políticos.” (WALSH, 2009, p. 28).

Pela perspectiva negra, a luta pela decolonialidade é principalmente pela validação dos saberes adquiridos nas lutas por emancipação, por uma sociedade e um campo de conhecimento que tratem com densidade epistemológica, política e dignidade os sujeitos negros produtores de conhecimento e práticas sociais emancipatórias, os saberes produzidos por sua ancestralidade e sua memória (GOMES, 2012, p. 245).

Para a autora Catherine Walsh, a fim de construir uma nova pedagogia decolonial no cenário Latino Americano, é importante o diálogo com a pedagogia de Paulo Freire, pensando a Educação a partir do oprimido, e com os pensamentos de Frantz Fanon, ressaltando a diáspora africana e a necessidade de incorporar as práticas decoloniais, no intuito de transformar saberes, principalmente tendo como base as lutas de resistência que as comunidades negras e tradicionais vêm enfrentando ao longo da história (WALSH, 2009, p. 29-39).

Assim, é preciso acolher o compromisso ético e político de ressignificar o conceito de raça, o qual requer o entendimento histórico e situado das relações de poder, para assumir uma postura decolonial. Tal desiderato

começa com a percepção de que raça é um conceito que se limita ao mundo social, portanto, não corresponde a nenhuma realidade natural. É, sob o ponto de vista sociológico, ou seja, científico, uma construção social. Trata-se de uma definição forjada pelo colonialismo que, segundo Guimarães (2005, p. 11), “[...] denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado.”

Por fim, é preciso compreender raça como “[...] fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação” (DOMINGUES, 2007, p. 102), de modo a utilizar este conceito de identidade racial para mobilização e mediação das reivindicações políticas.

FEMINISMO NEGRO PELA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Feministas negras como Patricia Hill Collins, nos Estados Unidos, e Sueli Carneiro, no Brasil, são exemplos de intervenção acadêmica e política decolonial, na medida em que pensam a diferença colonial a partir do lugar epistêmico ocupado pelas mulheres negras na sociedade em que estão inseridas, fato fundamental para o projeto decolonial, segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 20-21).

Conforme os referidos autores, revela-se fundamental o registro e análise das interpretações e práticas políticas e culturais vivenciadas pelas mulheres negras, além dos demais sujeitos subalternizados, para a restituição de sua fala e produção teórica e política, das quais são destituídos até hoje.

As experiências das mulheres negras como grupo localizado de forma socialmente hierarquizada e não humanizada faz com que as suas produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de forma igualmente subalternizada, além das condições sociais as manterem num lugar silenciado estruturalmente. Por essa perspectiva, a luta do movimento feminista negro é principalmente pela libertação da mulher negra, à qual foi reservado, no imaginário brasileiro, um lugar negativo de “corpo sem mente”.

Segundo bell hooks, o conceito ocidental sexista e racista elimina a possibilidade de que as negras sejam lembradas como representativas de uma vocação intelectual.

[...] dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente [e] torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nosas ancestrais do século XIX, só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. (BELL HOOKS, 1995, p. 468).

Nesse sentido, Patricia Hill Collins enfatiza a importância das mulheres negras se autodefinirem, a fim de transcender esse *status* que as constituem em objeto:

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras

como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (COLLINS, 2016, p. 105).

As intelectuais negras ensinam que, no caso específico das mulheres negras, não basta a superação da colonialidade da raça, que as coloca na posição de ser-corpo trabalho ou ser-corpo sexualizado, mas também é imprescindível lutar que promovam a descolonização do gênero, a fim de retirá-las da posição objetificada de o “outro do outro”, ou seja, o feminismo negro visto pela perspectiva decolonial demanda a análise da opressão de gênero racializada capitalista, engendrada pela colonialidade do poder, do ser e do saber.

Assim, a luta das mulheres negras pela libertação é desafiadora na medida em que precisa abranger as múltiplas formas de opressão que se entrecruzam, uma vez que não se trata apenas da capacidade de superar as desigualdades geradas pela história hegemônica masculina, mas se exige, ainda, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. Para Sueli Carneiro (2011):

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

Núbia Regina Moreira defende a ideia de que o movimento feminista negro é fruto de uma interseção entre os movimentos negro e feminista. A autora afirma que atualmente o movimento negro não pode desconsiderar a questão do gênero, assim como o movimento feminista não pode desconsi-

derar a questão da raça. Então se possibilita, por meio das lutas do feminismo negro, a “generificação da raça” e a “racialização do gênero”, para perceber em que medida raça, classe e gênero estão interligados por sistemas de opressões caracterizando o sujeito identitário específico que é a mulher negra (MOREIRA, 2007).

Nesse sentido, o movimento feminista negro, na perspectiva decolonial, deve abranger a produção de conhecimento e construção de novos saberes a partir de suas experiências vividas por meio da raça e do gênero nas lutas pela resistência e emancipação, visando promover a reeducação social, cultural, pedagógica e política sobre si mesmas e os lugares que ocupam na sociedade, a fim de propiciar um diálogo crítico intercultural entre as diversas histórias locais e perspectivas epistêmicas nos diversos contextos de projetos de resistência, de modo a construir um novo paradigma de sociedade mais justa, democrática e igualitária capaz de oferecer soluções para o patriarcalismo, o racismo, a colonialidade e o capitalismo.

CONCLUSÃO

A ideia de raça que se originou no período colonial – com a invasão das Américas pelos povos europeus – está presente até hoje no imaginário da sociedade global. Tal conceito foi responsável pela verticalização e hierarquização das relações entre colonizadores e colonizados, além de promover um apagamento histórico dos conhecimentos e saberes produzidos por outras culturas que não a do homem branco europeu.

Com intuito de criticar o conhecimento histórico universal eurocêntrico e dominante, fruto do período colonial, e dar visibilidade a outras formas de conhecimento e saberes aniquiladas pelo colonialismo, surgiu o movimento Modernidade/Colonialidade. No que diz respeito à pele negra, tal movimento teve relevante papel nos estudos sobre a importância da América Latina como primeiro laboratório para o racismo em razão do colonialismo; análises sobre as estruturas opressoras oriundas do tripé colonialidade do

poder, do saber e do ser; e os aportes decoloniais, os quais contribuem para novos horizontes para o pensamento da libertação humana, em conformidade com a produção de conhecimento.

Vista pela perspectiva negra, a decolonialidade envolve a construção de uma pedagogia de resistência que pense e fale do lugar de enunciação do próprio negro, tendo como principal agente articulador o Movimento Negro organizado. Isso porque este, nas suas lutas pela resistência, age como produtor e sistematizador de saberes na sociedade, possibilitando a promoção da diversidade epistêmica no campo do conhecimento científico, por meio de aprendizados construídos na história e nas práticas e experiências culturais, políticas e sociais, que fazem parte dos processos de pluralidade interna e externa da ciência, potencializando o diálogo pluriuniversal, transmoderno e decolonial.

Pela perspectiva do movimento de mulheres negras, as intelectuais negras ensinam que, no caso específico delas, não basta a superação da colonialidade da raça, que as coloca na posição de ser-corpo trabalho ou ser-corpo sexualizado, mas também é imprescindível lutas que promovam a descolonização do gênero, a fim de retirá-las da posição objetificada de o “outro do outro”, ou seja, o feminismo negro visto pela perspectiva decolonial demanda a análise da opressão de gênero racializada capitalista, engendrada pela colonialidade do poder, do ser e do saber.

Assim, a luta das mulheres negras pela libertação é desafiadora na medida em que precisa abranger as múltiplas formas de opressão que se entrecruzam, uma vez que não se trata apenas da capacidade de superar as desigualdades geradas pela história hegemônica masculina, mas se exige, ainda, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo.

Por fim, o movimento feminista negro pela perspectiva decolonial deve abranger a produção de conhecimento e construção de novos saberes a partir de suas experiências vividas por meio da raça e do gênero nas lutas pela resistência e emancipação, visando promover a reeducação social, cultural, pedagógica e política sobre si mesmas e os lugares que ocupam na so-

cidade, a fim de promover um diálogo crítico intercultural entre as diversas histórias locais e perspectivas epistêmicas nos diversos contextos de projetos de resistência, de modo a construir um novo paradigma de sociedade mais justa, democrática e igualitária capaz de oferecer soluções para o patriarcalismo, o racismo, a colonialidade e o capitalismo.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. bras. de Ci. Política**. Brasília, DF, n. 11, 2013, p. 89-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BELL HOOKS. Intelectuais Negras. **Rev. de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOQUEL, R. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 15- 24, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, [on-line], 6 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismosituacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-degenero/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2018.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], Niterói, vol. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 mar. 2021.

GOMES, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 223-246.

GOMES, N. L. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33. n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2005.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, J. *et al.* (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 27-53.

MOREIRA, N. R. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo dos movimentos de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, L. F. **História da África e dos africanos na escola**. As perspectivas para a formação dos professores quando a diferença se torna obrigatoriedade escolar. 2010. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PARINI, P.; ALBANO, M. L. C.; OLIVEIRA, M. A. A. M. de. O problema da efetivação dos Direitos Humanos: uma crítica a Richard Rorty a partir da América Latina. **Prim@ Facie**, João Pessoa, v. 16, n. 33, p. 1-25, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/35665/18709>. Acesso em: 5 set. 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências

sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-129. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 9 maio 2018.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, V. M. (org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.